



COP **SUL**

Pelotas 2025

RELATÓRIO OFICIAL

Apresentação

A COPSUL constitui-se como uma iniciativa estratégica do Município de Pelotas, concebida no contexto da realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), sediada em Belém do Pará no ano de 2025.

Diante dos desafios logísticos e das limitações de acesso à COP30 para atores do Sul do Brasil, a COPSUL foi estruturada como um evento interinstitucional, híbrido, público e gratuito, com o propósito de democratizar o debate climático, territorializar a agenda global e ampliar a participação social.

Inserida no âmbito do Pelotas Global - Programa de Internacionalização Interinstitucional da Prefeitura de Pelotas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Instituto Federal Sul-Rio Grandense (IFSul) -, a primeira atividade do programa buscou posicionar Pelotas como um território ativo nas agendas internacionais de sustentabilidade, promovendo a conexão entre discussões globais e realidades locais, bem como fortalecendo redes de cooperação entre poder público, academia, sociedade civil e setor produtivo.

Ao longo do mês de novembro de 2025, a COPSUL estruturou-se em diferentes frentes complementares: encontros territoriais em comunidades, atividades paralelas à COP30 e um evento presencial de integração e inovação climática. Essa configuração permitiu não apenas ampliar o alcance do debate, mas também construir um processo de escuta, reflexão e proposição coletiva.

As atividades realizadas contemplaram múltiplos territórios e realidades, incluindo comunidades urbanas, rurais, tradicionais e periféricas, abordando temas como resiliência climática, desenvolvimento social, biodiversidade, transição energética, sistemas alimentares e justiça socioambiental. Destaca-se, ainda, a inclusão de atividades dedicadas à infância e juventude, como a ciranda formativa e a roda de conversa com educadores, reforçando o compromisso com uma abordagem intergeracional da agenda climática.

Este relatório tem como objetivo sistematizar os principais resultados da COPSUL, reunindo os relatos das atividades, as análises temáticas, as contribuições técnicas e os encaminhamentos construídos ao longo do processo. Mais do que um registro, trata-se de um instrumento estratégico orientado à formulação de políticas públicas, à estruturação de projetos e à captação de recursos, consolidando os aprendizados e apontando caminhos para o desenvolvimento sustentável de Pelotas e região.

Ao evidenciar demandas territoriais, potencialidades locais e recomendações interinstitucionais, o presente documento reafirma o papel dos agentes locais como protagonistas na agenda climática, contribuindo para a construção de soluções integradas, inclusivas e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1. Metodologia

1.1 Estrutura do Evento

A COPSUL foi estruturada a partir de uma metodologia híbrida, territorializada e participativa, integrando diferentes escalas (local, regional e global) e atores (comunidade, poder público, academia e setor produtivo).

Formato do evento

- **Rodas de conversa territoriais** realizadas em comunidades urbanas, rurais e tradicionais, como espaços de escuta ativa e diálogo entre população, especialistas e gestores, com foco na identificação de demandas e soluções locais.
- **Atividades paralelas à COP30 (formato híbrido)** com retransmissão de sessões da conferência internacional e ações de engajamento e mobilização da população.
- **Evento presencial integrador (etapa final)** com painéis temáticos, oficinas, mesas redondas, mostra de boas práticas e inovação, e articulação interinstitucional durante o Cruzeiro do Saber.

Período de realização

- **07 de novembro de 2025** — Lançamento institucional do Programa Pelotas Global e da COPSUL.
- **10 a 21 de novembro de 2025** — Atividades paralelas à COP30, rodas de conversa territoriais e transmissão da COP30.
- **24 a 29 de novembro de 2025** — Abertura do evento presencial em Pelotas e lançamento do Plano de Resiliência Climática Caminho das Águas; Oficina Nacional da Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras (FAO); Mostra de Boas Práticas, Pesquisa e Inovação; rodas de conversa sobre educação, gênero e água; painéis e mesas redondas temáticas; e o Cruzeiro do Saber (Otroporto): Pelotas x Rio Grande.

Número de atividades

Foram realizadas 16 atividades ao longo de todo o mês de novembro, para além das transmissões e conteúdos digitais vinculados à COP30:

Nº	Atividade	Descrição
1	Evento de Lançamento Interinstitucional	Lançamento do Programa de Internacionalização Pelotas Global e da primeira atividade do Programa: a COPSUL.
5	Rodas de Conversa nos Territórios	Pontal da Barra; Associação Fraget; Aldeia Gyró; Z3; Quilombo Alto do Caixão.
2	Atividades Formativas — Primeira Infância	Ciranda Formativa e roda de conversa com educadores: como enfrentar as mudanças climáticas na escola.
1	Encontro Temático sobre Gênero	Roda de conversa Água, Natureza, Alimento e Gênero, em parceria com a FAO/ONU.
1	Mostra de Boas Práticas, Pesquisa e Inovação	Atividade em parceria com a Otroporto, com projetos em exposição.
1	Projeto Gestão Binacional dos Recursos Hídricos	Oficina Nacional organizada pela Fundação Delfim Mendes Silveira (UFPel), MIDR e ONU/FAO.
4	Painéis e Mesas Redondas	Resiliência Climática e Transformação Urbana; Economia Sustentável e Inovação; Sociedade Justa e Inclusiva; Energia e Transição Justa; Natureza, Alimentos e Comunidades.
1	Cruzeiro do Saber	Passeio didático de barco ligando Pelotas a Rio Grande pela Lagoa dos Patos, em parceria com a Otroporto.

Estrutura caracterizada como um **processo contínuo e integrado de atividades**, voltado à escuta territorial, à produção de conhecimento e à construção de encaminhamentos estratégicos.

1.2 Eixos Temáticos

A COPSUL foi estruturada a partir de eixos temáticos inspirados na agenda da COP30, adaptados e territorializados à realidade do Município de Pelotas e da região sul do Rio Grande do Sul. Essa abordagem permitiu conectar as discussões globais sobre mudanças climáticas às especificidades locais, considerando as dinâmicas socioambientais, econômicas e culturais do território.

Eixo 1 — Construção de Resiliência em Cidades, Infraestrutura e Água

Estratégias de adaptação climática no contexto urbano e regional, com foco na gestão de recursos hídricos, infraestrutura resiliente, planejamento urbano e redução de riscos associados a eventos extremos.

Eixo 2 — Promoção do Desenvolvimento Humano e Social

Temas relacionados à saúde, educação, cultura, trabalho e direitos humanos, enfatizando a dimensão social das mudanças climáticas e a necessidade de respostas inclusivas em territórios vulneráveis.

Eixo 3 — Transição nos Setores de Energia, Indústria e Transporte

Transformação dos sistemas produtivos e energéticos, com ênfase na eficiência energética, energias renováveis, inovação tecnológica e mobilidade sustentável.

Eixo 4 — Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade

Conservação e uso sustentável dos ecossistemas, com destaque para os ambientes costeiros e lagunares da região, valorizando a biodiversidade e os saberes tradicionais.

Eixo 5 — Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares

Produção de alimentos a partir de práticas sustentáveis, com foco na agricultura familiar, segurança alimentar, sistemas produtivos locais e questões de gênero e raça no campo.

1.3 Metodologia Participativa

As atividades da COPSUL foram conduzidas a partir de metodologias participativas, priorizando a escuta ativa das comunidades, o diálogo intersetorial e a construção coletiva de propostas.

A abordagem baseou-se na realização de rodas de conversa territoriais, estruturadas como espaços de troca horizontal entre moradores, especialistas, gestores públicos e instituições de ensino. Esses encontros possibilitaram a identificação de demandas locais, a valorização dos saberes comunitários e a construção de uma visão compartilhada sobre os desafios climáticos no território.

A metodologia também promoveu a integração entre diferentes atores, articulando poder público, academia, sociedade civil e setor produtivo, com vistas à formulação de encaminhamentos alinhados às realidades locais e às diretrizes da agenda climática global.

Ao privilegiar a participação social e a leitura territorial, a COPSUL busca se consolidar como um espaço de produção coletiva de conhecimento, orientado à proposição de soluções concretas, contextualizadas e socialmente inclusivas.

2. Relato das Atividades

Esta seção sistematiza o relato de cada atividade realizada no âmbito da COPSUL, organizada cronologicamente, contemplando descrição, participantes, principais pontos discutidos e encaminhamentos iniciais.

Roda de Conversa no Território 1 — Pontal da Barra

Região: Barra

Local: Restaurante do Pontal da Barra

Data: 11/11/2025

Horário: 16h às 18h

Eixo: Construção de Resiliência em Cidades, Infraestrutura e Água

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa territorial realizada na comunidade do Pontal da Barra, com foco na construção de resiliência frente a eventos climáticos extremos e na escuta das demandas locais.

O encontro reuniu moradores, pescadores, pesquisadores, estudantes e representantes do poder público e instituições de ensino, articulando o debate local à agenda da COP30. A metodologia priorizou a troca de saberes entre conhecimento técnico e experiência vivida no território, com o objetivo de subsidiar propostas e políticas públicas mais aderentes à realidade local.



Roda de Conversa — Restaurante Pontal da Barra

Participantes

- Moradores da comunidade do Pontal da Barra;
- Pescadores artesanais e lideranças comunitárias;
- Representantes do poder público municipal (SEPLAG, SEURB);
- Representantes de instituições de ensino (UFPeL, IFSul);
- Professores, pesquisadores e estudantes;
- Projetos de extensão universitária (habitação, geomática, turismo, educação ambiental).

Principais pontos discutidos

1. Eventos climáticos extremos e impactos no território

- Relatos diretos dos impactos das enchentes recentes;
- Percepção de aumento na frequência e intensidade dos eventos climáticos;
- Importância dos banhados e do sistema lagunar na mitigação dos impactos;
- Sensação de ausência de ações preventivas efetivas ao longo do tempo.

2. Falta de resposta estrutural e ações preventivas

- Crítica à ausência de intervenções históricas para redução de riscos;
- Percepção de que alertas existem, mas não se traduzem em ações concretas;
- Dificuldades na reconstrução pós-eventos extremos;
- Necessidade de políticas voltadas à prevenção e não apenas à resposta.

3. Infraestrutura e reconstrução

- Comunidade ainda em processo de recuperação após eventos recentes;
- Moradias, equipamentos e infraestrutura ainda não plenamente restabelecidos;
- Dificuldade de reorganização das atividades produtivas, especialmente a pesca.

4. Conhecimento local e valorização do território

- Reconhecimento de que os moradores possuem conhecimento profundo sobre o território;
- Importância de incorporar esse conhecimento na formulação de políticas públicas;
- Crítica à formulação de soluções sem escuta da comunidade.

5. Sistema lagunar e importância ambiental

- Centralidade da Lagoa dos Patos como sistema ambiental estratégico;
- Reconhecimento do território como área sensível às mudanças climáticas;
- Importância dos ecossistemas locais para a regulação hídrica.

6. Riscos de grandes empreendimentos

- Preocupações com a exploração de petróleo e gás na região;
- Impactos sobre a pesca e a biodiversidade;
- Incertezas sobre impactos ambientais de médio e longo prazo;

- Questionamento sobre o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

7. Sustentabilidade da pesca e modos de vida

- Preocupação com restrições à atividade pesqueira;
- Risco de comprometimento da subsistência das comunidades;
- Necessidade de políticas que conciliem preservação ambiental e manutenção dos modos de vida.

8. Papel das universidades e da educação

- Importância da atuação das universidades e do instituto federal no território;
- Necessidade de aproximação entre conhecimento técnico e realidade local;
- Valorização de projetos de extensão voltados à habitação, ao monitoramento ambiental e à educação.

Encaminhamentos iniciais

- Fortalecimento da articulação entre comunidade, universidades, instituto federal e poder público.

Indicação da necessidade de:

- políticas de prevenção a eventos climáticos extremos;
- investimentos em monitoramento e sistemas de alerta.

Apoio ao desenvolvimento de projetos:

- de habitação resiliente;
- de educação ambiental;
- de monitoramento de bacias hidrográficas.

Incentivo à:

- valorização do conhecimento tradicional das comunidades;
- inclusão da comunidade nos processos decisórios.

Necessidade de:

- maior transparência e debate sobre grandes empreendimentos;
- avaliação de impactos ambientais antes da implementação.

Reforço da importância de:

- integração entre escalas local e global na agenda climática;
- construção de soluções a partir do território.

Ciranda Formativa

Local: Secretaria Municipal de Cultura

Data: 12/11/2025

Horário: 9h às 11h

Eixo: Promoção do Desenvolvimento Humano e Social | Primeira Infância

Descrição da atividade

A atividade consistiu em um encontro formativo voltado a educadores, gestores, estudantes e profissionais interessados na promoção dos direitos da infância, com foco na relação entre desenvolvimento infantil, natureza, cidade e mudanças climáticas.

A ciranda formativa teve como tema central "A criança, a natureza e o brincar: a importância dos espaços públicos e verdes para o desenvolvimento infantil", promovendo reflexões sobre os impactos dos ambientes urbanos contemporâneos na infância e a necessidade de ampliar o contato das crianças com a natureza, os espaços públicos e a cidade.

O encontro foi conduzido por Marcelo Peroni e Lucila Almeida, articulando referências da Primeira Infância, educação, urbanismo e desenvolvimento humano, por meio de uma metodologia participativa baseada no diálogo, na troca de experiências e na construção coletiva de estratégias para qualificar os territórios a partir do olhar das crianças.



Ciranda Formativa — Secretaria Municipal de Cultura

Participantes

- Professores da educação infantil e anos iniciais;
- Gestores e técnicos da área da educação;
- Profissionais das políticas de Primeira Infância;

- Estudantes e pesquisadores;
- Representantes do poder público municipal;
- Integrantes da sociedade civil e organizações vinculadas à infância.

Principais pontos discutidos

1. Cidades contemporâneas e impactos no desenvolvimento infantil

- Reflexão sobre os efeitos da urbanização acelerada na vida das crianças;
- Redução dos espaços livres para brincar e explorar a cidade;
- Crescente afastamento das crianças dos ambientes naturais;
- Necessidade de planejamento urbano mais sensível às infâncias.

2. O brincar como linguagem essencial da criança

- Reconhecimento do brincar como elemento central do desenvolvimento infantil;
- Importância das experiências lúdicas para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social;
- Valorização do brincar livre como direito da criança;
- Relação entre brincadeira, autonomia e construção de vínculos.

3. Natureza e desenvolvimento integral

- Benefícios do contato com ambientes naturais para a saúde física e mental;
- Contribuição da natureza para a criatividade, a curiosidade e a aprendizagem;
- Importância dos espaços verdes na promoção do bem-estar infantil;
- Relação entre educação ambiental e formação cidadã desde a infância.

4. Desemparedamento das infâncias

- Debate sobre o conceito de desemparedamento das crianças;
- Necessidade de ampliar experiências para além dos espaços fechados e institucionalizados;
- Incentivo ao uso dos espaços públicos como ambientes educativos;
- Valorização da cidade como território de aprendizagem e descoberta.

5. Estratégias para reconectar crianças, natureza e cidade

- Desenvolvimento de atividades ao ar livre nas escolas e instituições educativas;
- Utilização de praças, parques e espaços públicos como ambientes pedagógicos;
- Criação de pátios mais naturais e acolhedores para as crianças;
- Fortalecimento da participação das famílias e comunidades nas ações voltadas à infância.

Encaminhamentos iniciais

- Incentivar ações de educação ao ar livre nas escolas e instituições de atendimento à infância;

- Promover a ampliação e a qualificação dos espaços públicos destinados às crianças;
- Estimular projetos de naturalização de pátios escolares e áreas de convivência;
- Fortalecer políticas públicas que integrem infância, meio ambiente e planejamento urbano
- Incentivar a incorporação do brincar e do contato com a natureza nas práticas pedagógicas;
- Promover a articulação entre educação, cultura, urbanismo e meio ambiente para cidades mais amigáveis às crianças;
- Valorizar a escuta das crianças nos processos de planejamento e qualificação dos espaços urbanos;
- Reforçar a importância da Primeira Infância como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável e a adaptação climática dos territórios.

Roda de Conversa no Território 2 — FRAGET

Região: Fraget

Local: Associação Fraget

Data: 13/11/2025

Horário: 18h às 20h

Eixo: Promoção do Desenvolvimento Humano e Social

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa territorial realizada na região do Fraget, com o objetivo de promover a escuta ativa da comunidade e identificar desafios, potencialidades e demandas locais relacionadas ao desenvolvimento humano e social no território.

O encontro iniciou com apresentação institucional sobre a COPSUL, seguida de contextualização da temática pelos mediadores. A dinâmica central envolveu a participação dos moradores na identificação de desafios prioritários e grupos mais vulneráveis, por meio de exercício individual e posterior compartilhamento coletivo.



Roda de Conversa — Associação FRAGET

Participantes

- Moradores da comunidade do Fraget e Vilas Reunidas;
- Lideranças comunitárias (Associação de moradores);
- Representantes do poder público (SEPLAG, SEURB, SANEP);
- Representantes de instituições de ensino (UFPeL, IFSul);
- Pesquisadores, estudantes e sociedade civil.

Principais pontos discutidos

1. Infraestrutura urbana e saneamento

- Ocorrência frequente de alagamentos, agravados por pavimentação inadequada;
- Presença de esgoto a céu aberto e deficiência na drenagem urbana;
- Problemas estruturais em moradias (especialmente nas casas da Farroupilha);
- Necessidade de plano de drenagem específico para o território.

2. Resíduos sólidos e educação ambiental

- Coleta irregular e inadequada de resíduos;
- Descarte irregular em vias públicas;
- Dificuldades enfrentadas por recicladores devido à contaminação dos materiais;
- Necessidade de fortalecimento da educação ambiental contínua e acessível.

3. Saúde e acesso a serviços públicos

- Dificuldade de acesso à Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Atendimento insuficiente e falta de acolhimento humanizado;
- Relatos de dificuldade no atendimento de urgência (SAMU);
- Relação entre condições ambientais e saúde pública.

4. Vulnerabilidade social

- Presença de pessoas em situação de rua;
- Vulnerabilidade de crianças e jovens;
- Impacto das desigualdades sociais no território;
- Trabalhadores e mulheres como públicos prioritários para políticas públicas.

5. Espaços públicos e qualidade de vida

- Falta de áreas de lazer qualificadas para crianças;
- Praças sem manutenção e necessidade de revitalização;
- Problemas de acessibilidade nas calçadas;
- Carência de arborização urbana.

6. Dinâmica territorial e questões ambientais

- Ocupação irregular e aterramento de áreas de banhado;
- Impactos ambientais decorrentes da urbanização;
- Importância da preservação das áreas naturais para drenagem e equilíbrio ambiental.

7. Participação social e governança

- Necessidade de ampliação de espaços de escuta e participação popular;
- Demanda por maior transparência e diálogo sobre orçamento público;
- Importância da articulação entre comunidade, poder público e universidades e instituto federal.

Encaminhamentos iniciais

Reforço da necessidade de:

- melhoria na coleta de resíduos e instalação de contêineres adequados;
- qualificação do atendimento em saúde e ampliação do acesso à UBS;
- implementação de ações estruturantes de drenagem urbana.

Fortalecimento de ações de educação ambiental, incluindo:

- ampliação do programa Adote uma Escola;
- realização de novas rodas de conversa e atividades comunitárias.

Incentivo a iniciativas comunitárias, como:

- projetos de hortas urbanas e compostagem;
- atividades educativas e culturais com crianças e jovens.

Indicação de demandas prioritárias:

- pavimentação qualificada e manutenção de vias;
- retirada de resíduos e veículos abandonados;
- revitalização de praças e espaços públicos.

Reforço da necessidade de:

- maior presença das instituições de ensino superior no território;
- integração entre políticas públicas e demandas locais;
- ações voltadas à inclusão e ao apoio a grupos vulneráveis.

Roda de Conversa no Território 3 — Aldeia Gyró (Kaingang)

Região: Colônia Santa Eulália

Local: Centro Cultural da Aldeia Gyró (Kaingang)

Data: 18/11/2025

Horário: 15h às 17h

Eixo: Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa territorial realizada na Aldeia Indígena Kaingang Gyró, com foco na escuta das comunidades tradicionais e na relação entre território, biodiversidade e modos de vida indígenas.

O encontro ocorreu em espaço coletivo da aldeia, com condução compartilhada entre lideranças indígenas, representantes institucionais e participantes externos. A metodologia priorizou a escuta das lideranças e anciãos, bem como a valorização dos saberes ancestrais, promovendo o diálogo entre conhecimento tradicional e políticas públicas.



Roda de Conversa — Aldeia Gyró (Kaingang)

Participantes

- Lideranças indígenas (Cacique Marcos, Cacique Pedro e membros da comunidade Kaingang);
- Moradores da aldeia (22 famílias);
- Representantes de organizações da sociedade civil (Cáritas);
- Representantes do poder público (SMG, SEPLAG, SEURB);
- Representantes de instituições de ensino (UFPeL, IFSul);
- Pesquisadores, estudantes e sociedade civil.

Principais pontos discutidos

1. Território, terra e autonomia indígena

- Acesso à terra como principal demanda, base da sobrevivência física, cultural e espiritual;
- Área atual (7 hectares) considerada insuficiente para 22 famílias;
- Necessidade de regularização fundiária e ampliação do território;
- Limitações para plantio, criação de animais e reprodução das práticas tradicionais.

2. Preservação cultural e modos de vida

- Importância da manutenção da cultura, língua e tradições Kaingang;
- Transmissão de saberes ancestrais para as crianças;
- Valorização de práticas tradicionais como plantio, pesca, uso de plantas medicinais e artesanato;
- Organização coletiva e tomada de decisões compartilhadas.

3. Meio ambiente e relação com a natureza

- Necessidade de recuperação ambiental e reflorestamento com espécies nativas;
- Impactos da degradação ambiental (falta de matéria-prima, escassez de fauna e flora);
- Contaminação do solo e da água por agrotóxicos;
- Importância da biodiversidade para a reprodução da vida indígena.

4. Condições de infraestrutura e acesso a serviços

- Falta de moradias adequadas;
- Ausência de atendimento de saúde contínuo;
- Dificuldade de acesso a serviços de emergência e transporte;
- Falta de escola estruturada e de saneamento básico.

5. Segurança alimentar e produção

- Dificuldade de produção devido à limitação territorial e à baixa qualidade do solo;
- Perda de práticas tradicionais de plantio e subsistência;
- Necessidade de sementes nativas e condições adequadas de cultivo.

6. Relação com políticas públicas e instituições

- Demanda por maior presença do poder público no território;
- Necessidade de diálogo estruturado com o Estado;
- Importância da articulação com universidades para o desenvolvimento de projetos;
- Falta de respostas institucionais para demandas históricas.

7. Possibilidades de desenvolvimento sustentável

- Potencial para educação intercultural;
- Projetos de reflorestamento e recuperação ambiental;

- Atividades produtivas sustentáveis (hortas, aquicultura, artesanato).

Encaminhamentos iniciais

Articulação para:

- criação de grupo de trabalho entre comunidade indígena e poder público;
- levantamento de áreas públicas disponíveis para possível ampliação territorial.

Indicação de políticas e programas:

- acesso a programas habitacionais (ex.: Minha Casa, Minha Vida Rural);
- ampliação do atendimento em saúde e educação no território.

Fortalecimento de parcerias:

- projetos integrados entre universidades, instituto federal, prefeitura e comunidade;
- apoio técnico para captação de recursos.

Proposição de iniciativas:

- horta comunitária;
- reflorestamento com espécies nativas;
- turismo de base comunitária;
- criação de centro cultural e museu indígena.

Ações ambientais e sociais:

- fiscalização do uso de agrotóxicos no entorno;
- recuperação do solo e das áreas degradadas;
- programas de educação ambiental e intercultural.

Outras demandas:

- aquisição de veículo para emergências;
- melhoria da infraestrutura básica (habitação, saneamento);
- ações de cuidado animal (ex.: castração).

Roda de Conversa no Território 4 — Z3

Região: Z3

Local: Quiosque da Z3 - Adriana

Data: 19/11/2025

Horário: 15h às 17h

Eixo: Transição nos Setores de Energia, Indústria e Transporte

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa territorial realizada na comunidade da Z3, com foco na temática da transição energética justa e seus impactos nos territórios pesqueiros.

O encontro foi iniciado com contextualização do tema, articulando a agenda local à COP30 e promovendo o debate sobre conceitos como transição energética e pobreza energética. A metodologia priorizou a escuta ativa da comunidade, a identificação de desafios concretos e a construção coletiva de encaminhamentos.



Roda de Conversa — Quiosque da Z3

Participantes

- Moradores da comunidade pesqueira da Z3;
- Pescadores artesanais e lideranças comunitárias;
- Representantes do poder público (SEPLAG, SEURB, SQA);
- Representantes de instituições de ensino (IFSul, UFPel);
- Pesquisadores, estudantes e sociedade civil.

Principais pontos discutidos

1. Instabilidade e acesso à energia

- Relatos de frequentes quedas de energia e longos períodos sem abastecimento;
- Prejuízos materiais, especialmente na conservação do pescado (câmaras de gelo);
- Dificuldade de identificação da comunidade como área rural, afetando o acesso a tarifas diferenciadas;
- Problemas no atendimento das concessionárias (demora na religação, cobranças indevidas).

2. Pobreza energética e desigualdade de acesso

- Limitações no acesso a alternativas energéticas mais eficientes;
- Dificuldade de acesso a financiamentos para energia solar;
- Falta de informação acessível sobre direitos e funcionamento das tarifas.

3. Alternativas energéticas e inovação

- Interesse da comunidade em sistemas de energia solar;
- Propostas de microrredes e sistemas descentralizados;
- Uso de baterias para embarcações;
- Projetos piloto em parceria com universidades.

4. Impactos de grandes projetos energéticos

- Preocupação com a instalação de parques eólicos offshore;
- Incertezas sobre impactos ambientais, especialmente na pesca artesanal;
- Falta de estudos conclusivos sobre impactos na biodiversidade e na dinâmica da lagoa;
- Percepção de ausência de compensações adequadas para as comunidades locais.

5. Economia local e transição produtiva

- Importância da pesca artesanal como base econômica do território;
- Necessidade de apoio a cadeias produtivas locais (ex.: fábrica de gelo);
- Potencial de desenvolvimento do turismo (Ecocamping, turismo das águas);
- Relação entre transporte coletivo e dinamização econômica.

6. Meio ambiente e território

- Impactos de intervenções estruturais na dinâmica das águas (ex.: moles, mineração);
- Necessidade de preservação ambiental e combate à pesca predatória;
- Importância do planejamento territorial para a Lagoa dos Patos.

7. Políticas públicas e governança

- Necessidade de maior articulação institucional;
- Importância da organização coletiva da comunidade;

- Falta de programas de apoio contínuo aos pescadores;
- Demandas por políticas públicas integradas (energia, renda, fiscalização e assistência social).

Encaminhamentos iniciais

- Levantamento das demandas da comunidade para diálogo com a concessionária de energia;
- Proposição de projeto piloto em parceria com IFSul e Prefeitura para melhoria da estabilidade energética.

Ações de orientação à comunidade sobre:

- direitos relacionados à energia elétrica;
- leitura e compreensão da conta de luz.

Indicação de:

- organização coletiva para encaminhamento ao Ministério Público (TAC);
- necessidade de estudos de impacto ambiental para grandes empreendimentos.

Apoio a iniciativas locais:

- retomada da fábrica de gelo;
- fortalecimento do Ecocamping;
- incentivo ao turismo e à economia local.

Proposição de:

- programas de geração de renda para pescadores;
- ações de educação ambiental e formação contínua;
- ampliação da arborização urbana (plantio de mudas).

Reforço da necessidade de:

- integração entre poder público, universidades e comunidade;
- planejamento territorial específico para a Lagoa dos Patos;
- atualização de instrumentos urbanísticos (Plano Diretor).

Roda de Conversa no Território 5 — Quilombo Alto do Caixão

Região: Colônia Santo Antônio

Local: Quilombo do Alto do Caixão

Data: 20/11/2025

Horário: 15h às 17h

Eixo: Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa realizada no Quilombo Alto do Caixão, no âmbito da COPSUL. O encontro teve como objetivo promover a escuta ativa da comunidade sobre os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos, bem como compreender as práticas locais, os desafios e as potencialidades do território.

A metodologia adotada priorizou a valorização dos saberes tradicionais, reunindo moradores da comunidade, estudantes, pesquisadores, representantes da Prefeitura e instituições de ensino, com foco na construção conjunta de diagnósticos e possíveis soluções para a realidade local.



Roda de Conversa — Quilombo Alto do Caixão

Participantes

- Moradores e lideranças do Quilombo Alto do Caixão;
- Associação comunitária local;
- Estudantes (Ciências Sociais, Antropologia, Turismo e Arqueologia — UFPel);
- Professores e pesquisadores universitários (UFPel e IFSul);
- Representantes da Prefeitura Municipal de Pelotas (SMIR, SEPLAG, SEURB);
- Representantes do IFSul e coletivos ligados à temática ambiental e social;

- Técnicos e participantes de projetos de extensão e economia solidária.

Principais pontos discutidos

1. Impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos

- Percepção clara de alteração no regime climático, com alternância entre estiagens e chuvas intensas;
- Influência direta na agricultura e na capacidade produtiva;
- Necessidade de adaptação constante das práticas agrícolas.

2. Escassez hídrica e dificuldades de acesso à água

- Falta de acesso regular à água em partes da comunidade;
- Limitações na implementação de cisternas;
- Dificuldades para construção de poços artesianos devido à burocracia;
- Redução de nascentes e possível relação com mudanças ambientais.

3. Comercialização e desigualdade na cadeia produtiva

- Baixa remuneração ao produtor;
- Dependência de intermediários;
- Ausência de garantia de venda e insegurança econômica;
- Percepção de injustiça na formação de preços.

4. Infraestrutura e escoamento da produção

- Condições precárias das estradas dificultando o transporte;
- Custos elevados de frete;
- Falta de logística estruturada para escoamento;
- Limitações da associação para transporte em maior escala.

5. Produção agrícola e segurança alimentar local

- Produção voltada principalmente à subsistência (milho, batata, hortaliças);
- Relativa garantia de acesso a alimentos dentro da comunidade;
- Dependência parcial de mercados externos para variedade e custo.

6. Agricultura ecológica e produção sustentável

- Experiências com produção orgânica/ecológica;
- Dificuldade de manter produção sem agrotóxicos devido ao contexto regional (expansão da soja);
- Potencial de valorização econômica de produtos ecológicos;
- Necessidade de apoio técnico para expansão desse modelo.

7. Saberes tradicionais e sementes crioulas

- Existência de práticas tradicionais de cultivo;

- Dificuldade crescente de acesso a sementes não modificadas;
- Troca informal de sementes entre agricultores;
- Iniciativas incipientes de banco de sementes.

8. Ausência de assistência técnica contínua

- Baixa presença de órgãos como EMATER e EMBRAPA;
- Dependência de iniciativas pontuais (ATER, projetos específicos);
- Demanda por apoio técnico estruturado.

9. Organização coletiva e potencial associativo

- Existência de associação comunitária formalizada;
- Potencial para fortalecimento de cooperativas e redes de comercialização;
- Possibilidade de inserção em feiras e circuitos curtos.

10. Relação com políticas públicas e demandas territoriais

- Demandas relacionadas à saúde e a serviços públicos;
- Necessidade de maior presença do poder público no território;
- Importância da integração entre políticas sociais, ambientais e produtivas.

Encaminhamentos iniciais

- Fortalecer a articulação entre comunidade, Prefeitura, universidades e instituições de apoio técnico;
- Avaliar alternativas para melhoria do escoamento da produção (logística, transporte coletivo, aquisição de veículos);
- Incentivar a participação da comunidade em editais e programas de fomento;
- Promover iniciativas de apoio à agricultura ecológica e a sistemas agroflorestais;
- Estimular a criação e o fortalecimento de bancos de sementes crioulas;
- Avaliar modelos de comercialização direta (feiras locais, fornecimento para escolas);
- Incentivar assistência técnica continuada (EMATER, EMBRAPA, universidades);
- Discutir soluções para acesso à água (redução de burocracia para poços, ampliação de cisternas);
- Promover intercâmbios e capacitações com experiências exitosas (agroecologia, economia solidária);
- Registrar e encaminhar as demandas estruturais da comunidade às secretarias competentes.

Lançamento do Plano de Resiliência Climática — Caminho das Águas

Local: Auditório Enilda Feistauer - IFSul

Data: 20/11/2025

Horário: 19h às 19h30

Eixo: Resiliência Climática e Transformação Urbana



Cerimônia de Abertura da COPSUL I 2025

Na abertura da COPSUL, a Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) lançou o Projeto de Resiliência Climática Pelotas/RS, intitulado "Restauração ecológica no caminho das águas". O Plano foi encomendado pelo prefeito Fernando Marroni e nasce da constatação, evidenciada pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024 (497 municípios afetados e, em Pelotas, a maior enchente da história do município), de que a cidade não estava preparada para eventos climáticos extremos. A proposta marca a transição da SQA de um papel estritamente cartorial, voltado à emissão de licenças e à fiscalização, para a condição de órgão proponente e articulador de uma política pública ambiental avançada.

O objetivo central é promover a resiliência climática e a qualidade ambiental em Pelotas por meio da recuperação dos ecossistemas associados aos biomas Mata Atlântica e Pampa, da recuperação e do adensamento da vegetação nativa e da melhoria da qualidade das águas do sistema hídrico regional. A meta estabelecida é alcançar dez vegetais plantados por habitante, o que representa cerca de um milhão de árvores plantadas em um horizonte de dez a quinze anos, parâmetro recomendado por entidades ambientais internacionais (a média atual é de aproximadamente seis árvores por habitante).

O Plano adota o Voluntariado Ambiental como eixo mobilizador, convocando cidadãos e cidadãs de todas as áreas, concepções e credos para o plantio de árvores, a recuperação de áreas degradadas e ações de educação socioambiental nas comunidades. A estrutura organiza-se em

eixos temáticos interdependentes: Segurança Hídrica, Recuperação de Nascentes, Cinturão Verde, Corredores Verdes Urbanos, Áreas Verdes Urbanas, Canteiros para Polinizadores, Unidades de Conservação e Parques Naturalizados, Reflorestamento, Serviços Ambientais, Educação Socioambiental, Mudanças Climáticas e Saúde Única, este último orientando todas as demais ações sob a perspectiva integrada entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental.

As ações dialogam com prioridades de planos e programas federais e internacionais, entre eles a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas (2021 a 2030), o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), o Plano Nacional de Arborização Urbana (PLANAU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a abordagem de Saúde Única. O diagnóstico que fundamenta o Plano destaca a diversidade dos ecossistemas ribeirinhos (Arroio Pelotas, Arroio Salgado e Canal São Gonçalo) e a riqueza florística e faunística da região, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas que reforçam a importância da conexão de fragmentos para a conservação da biodiversidade.

Entre as iniciativas previstas estão a revitalização da bacia hidrográfica do Arroio Santa Bárbara, do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, a criação das primeiras Unidades de Conservação públicas do município em seus 214 anos de história (a partir da Granja Municipal e da Chácara da Brigada), um projeto de formação ambiental envolvendo todos os professores e mais de 27 mil alunos da rede municipal, e a perspectiva de Pelotas tornar-se a primeira cidade da América Latina a integrar a captação de recursos no mercado internacional de créditos de carbono. A governança do projeto estrutura-se em grupos de trabalho dedicados ao diagnóstico, à redação normativa, à criação de unidades de restauração, ao monitoramento, à articulação social e ao aprimoramento técnico dos atores envolvidos. O processo teve início com a primeira reunião junto a entidades ambientais e científicas, realizada em 21 de julho de 2025.

Mesa Redonda 1 — Resiliência Climática e Transformação Urbana

Local: Auditório Enilda Feistauer - IFSul

Data: 24/11/2025

Horário: 19h às 21h

Eixo: Resiliência Climática e Transformação Urbana

Descrição da atividade

A mesa redonda abordou os desafios e caminhos para a construção da resiliência climática nos territórios urbanos, articulando dimensões técnicas, sociais e institucionais. O debate enfatizou a necessidade de integração entre ciência, gestão pública e comunidades, com foco na prevenção de desastres, no planejamento urbano adaptativo e na transformação das cidades frente à intensificação de eventos extremos.

Composição da mesa: Dra. Diuliana Leandro (Engenheira Cartográfica, Núcleo Integrado de Previsão); Dr. Henrique Repinaldo (Meteorologista, Coordenador do Núcleo Integrado de Previsões); Dra. Tamara Beskow (Engenheira Hídrica, Coordenadora do Núcleo Integrado de Previsões); Cel. Márcio Facin (Coordenador Regional da Defesa Civil do RS). Mediação: Otávio Peres (Secretário Municipal de Urbanismo).



Mesa Redonda - Resiliência Climática e Transformação Urbana

Principais pontos discutidos

Tema 1 — Conhecimento do território como base da resiliência

- Necessidade de mapeamento técnico detalhado das cidades (dados altimétricos, hidrológicos, uso do solo e áreas de risco);
- Defesa de uma gestão orientada por dados e evidências, e não por percepção;
- Conhecimento territorial como base para antecipação de riscos, planejamento de evacuação e definição de áreas seguras;
- Destaque para tecnologias de alta precisão no apoio à tomada de decisão.

Tema 2 — Integração institucional e governança da crise climática

- Integração entre instituições como condição para enfrentar eventos extremos;
- Articulação entre poder público, universidades, Defesa Civil, comunidades e setor técnico;
- Experiências concretas demonstrando que a integração reduz danos e qualifica a resposta;
- Caracterização da crise climática como emergência que exige ação imediata e coordenada.

Tema 3 — Planejamento urbano e adaptação climática

- Três dimensões centrais: infraestrutura de proteção, gestão administrativa e planos de contingência, e planejamento urbano adaptativo;
- Necessidade de regular ocupações em áreas de risco e orientar a expansão para áreas seguras;
- Integração entre planejamento ambiental e urbano;
- Resiliência como princípio estruturante do planejamento municipal.

Tema 4 — Justiça socioambiental e redefinição de risco

- Questionamento da visão tradicional de áreas de risco;
- Reconhecimento de que riscos atingem diferentes territórios, inclusive áreas nobres;
- Introdução do conceito de racismo ambiental e da desigualdade na distribuição dos impactos;
- Inclusão de comunidades periféricas, povos tradicionais e populações ribeirinhas nas decisões.

Tema 5 — Prevenção, monitoramento e cultura de gestão de risco

- Mudança de paradigma: da resposta ao desastre para a prevenção e a preparação;
- Importância de sistemas de alerta, monitoramento hidrometeorológico e planos de contingência ativos;
- Avanços recentes: ampliação de estações, integração de dados e fortalecimento da Defesa Civil;
- Reconhecimento de que 2024 provocou uma virada de chave na gestão pública.

Tema 6 — Produção científica, dados e limites do conhecimento

- Escassez de dados como desafio central;
- Limitações na previsão e modelagem por falta de séries históricas e dados sistematizados;
- Defesa de uma atuação científica responsável, baseada em evidências;
- Valorização das universidades e centros de pesquisa no apoio à gestão pública.

Pontos de convergência

- A resiliência climática depende do conhecimento técnico do território
- A integração entre atores é condição indispensável
- A prevenção deve ser priorizada em relação à resposta emergencial
- O planejamento urbano precisa incorporar a variável climática
- A ciência deve orientar a tomada de decisão
- A crise climática já é uma realidade presente, não futura

Desafios e tensões

- Falta de dados estruturados e sistemáticos
- Histórico de decisões baseadas em percepção e não em evidências
- Ocupação urbana em áreas vulneráveis
- Desigualdades socioambientais estruturais
- Baixa integração institucional em contextos anteriores
- Limitações de recursos técnicos e financeiros
- Distância entre conhecimento científico e aplicação prática

Recomendações e encaminhamentos

- Investir na produção e integração de dados territoriais de alta qualidade
- Fortalecer sistemas de monitoramento, alerta e previsão
- Consolidar a integração entre instituições como prática permanente
- Estruturar e atualizar continuamente os planos de contingência
- Incorporar a resiliência climática no Plano Diretor e nas políticas urbanas
- Regulamentar ocupações em áreas de risco
- Promover políticas de justiça socioambiental e inclusão de comunidades vulneráveis
- Fortalecer a interface entre ciência, gestão pública e sociedade
- Estimular a participação social nos processos decisórios

Mostra de Boas Práticas, Pesquisa e Inovação

Local: Otroporto

Data: 25/11/2025

Horário: 17h às 20h

Eixo: Economia Sustentável e Inovação

Descrição da atividade

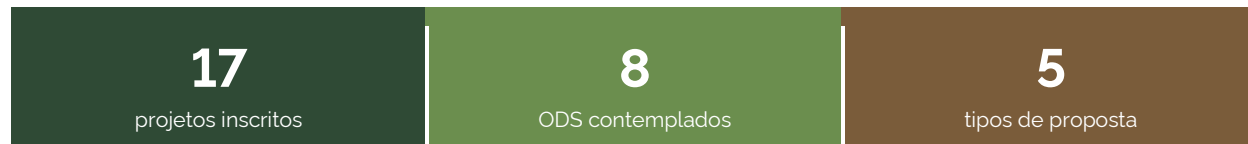
A Mostra de Projetos, Boas Práticas, Pesquisa e Inovação da COPSUL foi estruturada no formato de feira expositiva, reunindo iniciativas acadêmicas, institucionais, comunitárias e tecnológicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, à sustentabilidade e à inovação territorial. A atividade teve como objetivo dar visibilidade às experiências concretas em andamento, promovendo a troca direta entre proponentes e participantes, bem como a aproximação entre conhecimento técnico, práticas locais e potenciais tomadores de decisão. Os projetos foram

apresentados em estandes expositivos, com momentos de interação e apresentação oral aos visitantes.



Mostra de Boas Práticas, Pesquisa e Inovação – Otroporto Indústria Criativa

Os projetos apresentaram alinhamento com 8 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 18 (Igualdade Racial).



Projetos inscritos

1. Projeto Geoparque Paisagem das Águas (UFPel)

Iniciativa que busca fomentar o desenvolvimento sustentável no Sistema Estuarino da Lagoa dos Patos, abrangendo Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, Arroio do Padre, Turuçu, São Lourenço do Sul e São José do Norte. Propõe um geoparque voltado à valorização da geodiversidade e do geopatrimônio, articulando pesquisa interdisciplinar, geoconservação, geoturismo, educação ambiental e participação comunitária, com a meta de obter a chancela da UNESCO como Geoparque Global.

ODS 11 Contato: adrianosimon@gmail.com IG: @geoparquepaisagemdasaguas

2. Tambor da Equidade: Ritmos, Vozes e a Luta Antirracista (E.E.E.F. Padre Rambo)

Ação educativa desenvolvida com alunos do 8º ano, em cumprimento à Lei nº 10.639/03, voltada ao conhecimento e respeito à História e Cultura Afro-Brasileira e às Religiões de Matriz Africana. Baseada na pesquisa-ação e na produção cultural interdisciplinar, culminou na elaboração de um Manifesto da Equidade e na prática das Rodas de Griôs, registrando redução de microagressões raciais e fortalecimento da identidade dos estudantes.

ODS 18 Contato: jackelynecorreass@gmail.com IG: @eeef.padrerambo

3. SOMA-MIRIM — Sistema de Observação e Monitoramento Ambiental na Lagoa Mirim

(Faculdade de Meteorologia / UFPel)

Pesquisa coordenada pela UFPel (24 meses), em parceria com universidades brasileiras e do exterior, para desenvolver um sistema biometeorológico integrado de monitoramento de clima, hidrologia, qualidade da água, ar e sedimentos na bacia transfronteiriça da Lagoa Mirim. Prevê estações ambientais, campanhas embarcadas, plataforma digital pública com alertas precoces e monitoramento participativo das comunidades ribeirinhas.

ODS 11 Contato: mfapel@gmail.com IG: @soma.mirim

4. NZEB_UFPEL — Net Zero Energy Building (UFPel)

Construção de uma edificação de três pavimentos projetada para gerar superávit de energia por meio de geração fotovoltaica, arquitetura bioclimática adaptada ao clima de Pelotas e automação predial gerenciada por inteligência artificial. Selecionada em chamada pública do Procel, encontra-se em obras, com conclusão prevista para meados de 2027.

ODS 11 Contato: antoniocesarsbs@gmail.com

5. Como a inteligência artificial pode impactar os estudos (UFPel)

Ação educativa, originada no ensino médio, que investigou a presença crescente da inteligência artificial na rotina de estudo dos jovens e seus efeitos positivos e negativos. Uma pesquisa com cem estudantes apontou que 80% já preferem recursos digitais à consulta a livros físicos.

ODS 4 Contato: lunalimafonseca89@gmail.com

6. De Pelotas para o Mundo: Aliança Tripartite pela Resiliência Energética (IFSul)

Proposta de Living Lab tripartite (IFSul, UFPel e Prefeitura) para implementação de nanorredes e microrredes, visando autonomia energética nos campi e a continuidade de serviços críticos (hospitais, UBS, data centers). Adota gestão baseada na norma ISO 50001 e posiciona Pelotas como possível primeiro município a adotá-la como política pública de gestão energética.

ODS 11 Contato: yurigayer@ifsul.edu.br

7. Conectar quem gera energia limpa com quem consome (DUO Energy)

Inovação que conecta usinas de energia solar a empresas e residências interessadas em economizar na conta de luz sem investimento inicial, devolvendo ao consumidor até 15% do valor pago em pontos conversíveis, contribuindo para a redução de CO₂ e a democratização da energia limpa.

ODS 7 Contato: octavio.oliveira@duoenergy.com.br IG: @duoenergy.com.br

8. Monitoramento de caminhos rurais com IA e baterias de segunda vida (Universidad

Tecnológica del Uruguay)

Boa prática que desenvolveu um sistema autônomo de monitoramento contínuo de caminhos rurais, com visão computacional, sensores ambientais, energia renovável e comunicação LTE/Starlink, gerando dados sobre tráfego e condições climáticas para apoiar a manutenção preventiva das estradas. Implementado em Rivera, em parceria com a Intendência local e a OPP.

ODS 9 Contato: mauricio.mendes@utec.edu.uy

9. As Terezas (8ª Coordenadoria Regional de Educação)

Ação educativa e cultural que dá visibilidade à história de mulheres negras, líderes e referências em suas comunidades, no contexto da Educação Antirracista. Reuniu 43 representantes de 16 municípios e resultou no lançamento de um e-book (julho de 2025), com a meta de editar uma versão impressa.

ODS 10 Contato: irenita-dsilva@educar.rs.gov.br IG: @8.cre.santa.maria.rs

10. Projeto Adote uma Escola (SANEP)

Boa prática de educação ambiental e coleta seletiva, vencedora do Prêmio Boas Práticas da FAMURS 2025, que leva conhecimento sobre resíduos sólidos às escolas de Pelotas e gera emprego e renda para catadores de cooperativas conveniadas ao SANEP. Em execução desde 2005, com bonificação financeira às escolas conforme o volume reciclável coletado.

ODS 11 Contato: sanep.neas@gmail.com IG: @sanepPelotas

11. CLIMATE-AI-SBN: IA para enfrentamento climático (UFRGS / UFPel / UEPG)

Projeto selecionado pela Chamada Resiliência Climática Rio Grande do Sul (Fundação Grupo Boticário) que desenvolve uma plataforma digital com inteligência artificial, grafos de conhecimento e inteligência geográfica para capacitar professores e comunidades escolares na aplicação de Soluções Baseadas na Natureza em territórios vulneráveis de Porto Alegre e Pelotas.

ODS 13 Contato: ferrugem@inf.ufpel.edu.br

12. Recicle Arte e Upcycling (Recicle / Otroporto)

Projeto que capacita mulheres em situação de vulnerabilidade na área da costura para o reaproveitamento de resíduos têxteis, reduzindo o descarte e gerando renda. Ao longo do ano, capacitou cinquenta pessoas, das quais quatro foram incorporadas à equipe permanente de costura.

ODS 10 Contato: mariheineck@gmail.com IG: @otroporto @beijaflornaturalarte

13. Mercado de Carbono Descomplicado (UFPel)

Pesquisa de doutorado (conclusão em 2028) que investiga a trajetória do mercado de carbono no Brasil (2005 a 2025) e propõe oficinas e materiais didáticos para ampliar a alfabetização climática de estudantes, servidores e organizações locais, preparando o município para a descarbonização e a atração de investimentos verdes.

ODS 13 Contato: jessicaadvalves@gmail.com

14. Litter traps e cestos coletores de lixo em bueiros (Beaver Soluções Sustentáveis)

Iniciativa que visa reter o lixo urbano flutuante em canais e bueiros e, futuramente, reciclar os materiais captados para produzir mobiliário urbano e novas armadilhas, em um ciclo autossustentável. Encontrase em fase de testes em parceria com o SANEP.

ODS 6 Contato: beaversolutions53@gmail.com IG: @beaver_solucoes

15. Tecnologias limpas: curva dose-resposta de S. aureus à radiação UV-C (UCPel)

Pesquisa experimental concluída que analisou a eficácia da radiação UV-C (fontes de 254 nm e 280 nm) na inativação de Staphylococcus aureus, alcançando reduções superiores a 99% da carga microbiana. Apresenta a UV-C como alternativa limpa aos desinfetantes químicos e como recurso de formação científica estudantil.

ODS 4 Contato: zara.santos@sou.ucpel.edu.br

16. IoT para prevenção de alagamentos em tampas de poços de inspeção (UCPel)

Pesquisa aplicada que propõe um nó IoT autônomo, alimentado por mini-painel fotovoltaico, com sensor de nível ultrassônico e comunicação LoRaWAN, para o monitoramento de alagamentos em Pelotas. Encontra-se em fase de desenvolvimento laboratorial, em articulação com o SANEP.

ODS 13 Contato: francisco.silveira@sou.ucpel.edu.br

17. Inovação em radioterapia: abaixadores de língua por impressão 3D (UCPel)

Pesquisa de mestrado que desenvolve, por manufatura aditiva em PLA, abaixadores de língua anatômicos para imobilização em radioterapia de cabeça e pescoço, buscando maior reprodutibilidade, higiene e baixa atenuação da radiação em comparação aos dispositivos improvisados.

ODS 4 Contato: kety363@hotmail.com

Principais contribuições da atividade

- Visibilização de iniciativas concretas já em desenvolvimento;
- Conexão entre projetos, instituições e territórios;
- Estímulo à replicação de boas práticas;
- Fortalecimento da integração entre academia, poder público, sociedade civil e setor produtivo;
- Ampliação do repertório de soluções para políticas públicas.

Encaminhamentos iniciais

- Estimular a criação de uma rede de projetos e iniciativas da COPSUL;
- Promover maior articulação entre academia e gestão pública;
- Incentivar mecanismos de financiamento e apoio às iniciativas;
- Sistematizar e divulgar as experiências como banco de boas práticas.

Roda de Conversa com Educadores — Mudanças Climáticas na Escola

Local: Secretaria Municipal de Cultura

Data: 26/11/2025

Horário: 9h às 11h

Eixo: Sociedade Justa e Inclusiva

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa temática com educadores, com o objetivo de refletir sobre o papel da escola no enfrentamento das mudanças climáticas, a partir de práticas pedagógicas, experiências concretas e construção coletiva de estratégias.

O encontro foi estruturado a partir de metodologias participativas e sensíveis, articulando experiências acadêmicas, práticas escolares e saberes vivenciais, com ênfase na Educação Ambiental como abordagem transversal, crítica e transformadora.



Roda de Conversa com Educadores – Secretaria Municipal de Cultura

Participantes

- Professores da educação básica;
- Professores universitários (UFPel, IFSul);
- Representantes de redes e núcleos de educação ambiental (ex.: NEAS);
- Gestores e técnicos da área da educação;
- Estudantes e participantes da comunidade acadêmica;

- Representantes do poder público municipal;

Principais pontos discutidos

1. Educação Ambiental como prática transformadora

- Abordagem que vai além do conteúdo técnico, incorporando sensibilização, corporeidade e experiência;
- Educação Ambiental como eixo transversal em todas as áreas;
- Importância da escuta, do sentir e da vivência no processo educativo.

2. Desconexão com a natureza (déficit de natureza)

- Ruptura entre sociedade e natureza, especialmente nas novas gerações;
- Necessidade de reconectar crianças e jovens ao ambiente natural;
- Impactos dessa desconexão na saúde mental e no sentido de pertencimento.

3. Escola como espaço central de transformação

- A escola como espaço estratégico para a formação de consciência ambiental;
- Importância de iniciar desde a primeira infância;
- Reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos.

4. Práticas pedagógicas inovadoras e sensíveis

- Valorização de atividades fora da sala de aula (educação ao ar livre);
- Uso de arte, música, poesia e corpo como instrumentos pedagógicos;
- Experiências com hortas escolares, pátios naturalizados, cuidado com animais e projetos como adote uma árvore.

5. Pátios naturalizados e espaços educativos

- Transformação dos espaços escolares em ambientes mais naturais;
- Importância da escuta das crianças na construção desses espaços;
- Envolvimento da comunidade escolar (famílias, estudantes, professores).

6. Fragmentação e falta de articulação entre iniciativas

- Diversos projetos existentes, porém isolados;
- Necessidade de mapeamento e integração das iniciativas;
- Importância da articulação de recursos já disponíveis.

7. Relação com territórios e saberes locais

- Necessidade de considerar especificidades territoriais nas práticas educativas;
- Importância da escuta de povos originários e comunidades tradicionais;
- Educação como ponte entre conhecimento científico e saberes locais.

8. Desafios estruturais da educação

- Resistência institucional a práticas fora do modelo tradicional;

- Estrutura física das escolas (ambientes artificializados);
- Relações hierárquicas que limitam práticas inovadoras.

9. Educação ambiental, cidadania e letramento

- Necessidade de ampliar o letramento ambiental;
- Compreensão crítica sobre energia, clima e sustentabilidade;
- Papel da escola na formação de cidadãos conscientes e informados.

Encaminhamentos iniciais

- Incentivar a criação de uma rede de educadores para articulação contínua das ações de Educação Ambiental;
- Promover o mapeamento de projetos existentes (universidades, escolas, poder público).

Estimular a implementação de:

- pátios naturalizados;
- hortas escolares;
- projetos de educação ambiental integrados à comunidade.

Fortalecer parcerias entre:

- escolas;
- universidades;
- núcleos de educação ambiental;
- Apoiar a realização do II Simpósio de Educação Ambiental (2026), com construção coletiva de temas;
- Promover a reconexão entre crianças e natureza como estratégia central;
- Estimular a continuidade das discussões e projetos iniciados na COPSUL;
- Reforçar a articulação institucional para otimização de recursos existentes.

Mesa Redonda 2 — Sociedade Justa e Inclusiva

Local: Parque Tecnológico

Data: 26/11/2025

Horário: 19h às 20h30

Eixo: Sociedade Justa e Inclusiva

Descrição da atividade

A atividade, inicialmente prevista como mesa redonda, foi realizada em formato de roda de conversa em função do número reduzido de participantes, o que possibilitou maior profundidade no diálogo, escuta qualificada e construção coletiva de reflexões.

O encontro teve como foco a relação entre justiça social, inclusão e crise climática, abordando desigualdades estruturais, limites do modelo econômico, papel das políticas públicas e os desafios contemporâneos de mobilização social.

Composição da mesa: Antônio Soler (Secretário Municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas de Rio Grande); Marielda Medeiros (Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres); Márcio Souza (Secretário Municipal de Qualidade Ambiental de Pelotas). Mediação: Jurandir Silva (Vereador da Câmara Municipal de Pelotas).



Mesa Redonda – Sociedade Justa e Inclusiva

Principais pontos discutidos

Tema 1 — Desigualdade estrutural e crise climática

- A crise climática não afeta a todos de forma igual, atingindo com maior intensidade populações periféricas e vulnerabilizadas;

- A enchente de 2024 como evidência da sobreposição entre desigualdade social, vulnerabilidade territorial e risco climático;
- Compreensão de que a crise climática é também uma crise social e urbana.

Tema 2 — Limites do modelo econômico e novas formas de inclusão

- Crise do modelo tradicional de inclusão baseado em emprego formal e renda salarial;
- Transformações estruturais: precarização do trabalho, automação e dificuldade de inserção econômica;
- Inclusão social que considere novas formas de organização econômica e reconstrução de vínculos;
- Relação direta entre exclusão econômica e exposição aos impactos climáticos.

Tema 3 — Direito à cidade, território e moradia

- Contradição urbana entre imóveis ociosos e população sem moradia digna;
- Reocupação e ressignificação de espaços urbanos abandonados;
- Uso de instrumentos urbanísticos (regularização fundiária, requalificação de áreas);
- Direito à cidade como eixo central da justiça social.

Tema 4 — Papel do Estado, limites institucionais e ação coletiva

- Reconhecimento dos limites da atuação do poder público (legalidade, restrições orçamentárias);
- Capacidade da sociedade civil de agir e mobilizar rapidamente;
- Articulação entre Estado, movimentos sociais e academia;
- Necessidade de políticas públicas integradas (superação das caixinhas institucionais).

Tema 5 — Participação social, comunicação e disputa de narrativas

- Crítica à dificuldade de mobilização social mesmo diante de crises graves;
- Reflexão sobre a disputa ideológica e comunicacional;
- Desafios: linguagem técnica pouco acessível, desconexão com a população, desinformação;
- Necessidade de novas formas de comunicação e engajamento social.

Tema 6 — Educação, cultura e reconstrução do coletivo

- Crescente individualização e perda de senso coletivo;
- Relação com o modelo neoliberal e a cultura digital;
- Resposta à crise climática como construção coletiva;
- Importância da educação crítica e do fortalecimento do pertencimento.

Tema 7 — Tecnologia social e soluções acessíveis

- Tecnologias de baixo custo e soluções energéticas comunitárias;
- Projetos com reaproveitamento de materiais;

- Tecnologia como instrumento de inclusão e geração de renda;
- Integração entre inovação, impacto social e desenvolvimento local.

Pontos de convergência

- A crise climática está profundamente conectada às desigualdades sociais
- A justiça climática exige justiça social
- A solução passa pela ação coletiva e integrada
- A participação social é indispensável
- O território deve ser central nas políticas públicas
- A tecnologia deve estar a serviço da inclusão

Recomendações e encaminhamentos

- Fortalecer políticas públicas integradas, superando a fragmentação institucional
- Desenvolver estratégias de comunicação acessível e mobilizadora
- Ampliar espaços de participação social e engajamento comunitário
- Incorporar o direito à cidade como eixo estruturante das políticas urbanas
- Promover soluções baseadas em tecnologia social, inovação de baixo custo e desenvolvimento local
- Estimular a articulação entre poder público, movimentos sociais e universidades
- Priorizar políticas voltadas às populações mais vulnerabilizadas
- Integrar justiça social e climática no planejamento municipal
- Investir em educação crítica e formação cidadã

Mesa Redonda 3 — Energia e Transição Justa

Local: Auditório Enilda Feistauer - IFSul

Data: 27/11/2025

Horário: 19h às 20h30

Eixo: Energia e Transição Justa

Descrição da atividade

A mesa redonda teve como foco o debate sobre os desafios, oportunidades e caminhos para a transição energética no Brasil, com ênfase na perspectiva da justiça social, da soberania energética e do papel dos entes subnacionais.

Composição da mesa: Mauricio Bemfica Oliveira (Engenheiro de Energia e Pesquisador no INEEP); Dr. Eng. Civil Antônio César Silveira Baptista da Silva (Coordenador do LABCEE). Mediação: Vinícius Cleff (Assessor na SEPLAG).



Mesa Redonda – Energia e Transição Justa

Principais pontos discutidos

Tema 1 — Estágio da transição energética no Brasil

- Consenso de que o Brasil ainda se encontra em estágio inicial da transição;
- Transição caracterizada como processo multidimensional (tecnologia, educação, economia, políticas públicas);
- Importância de espaços como a COPSUL para a construção coletiva de caminhos;
- Lacunas na definição de estratégias concretas e instrumentos para atingir metas nacionais.

Tema 2 — Segurança energética, soberania e dependência externa

- Relação entre transição energética e soberania nacional;
- Crítica à dependência externa (importação de diesel, painéis solares, baterias);

- Impactos de decisões políticas, como a privatização de refinarias;
- Necessidade de desenvolvimento tecnológico nacional e políticas industriais estratégicas.

Tema 3 — Eficiência energética e setor das edificações

- Eficiência energética como eixo pouco explorado no debate público;
- Setor de edificações como responsável por parcela significativa do consumo;
- Regulamentações que exigem maior eficiência e geração local de energia;
- Defesa de que exigências regulatórias podem impulsionar inovação e competitividade.

Tema 4 — Papel dos entes subnacionais

- Papel estratégico dos municípios, apesar de limitações institucionais e orçamentárias;
- Ausência de planejamento energético local estruturado;
- Proposta de observatórios regionais de energia e grupos interinstitucionais;
- Potencial municipal em geração própria, mobilidade elétrica, créditos de carbono e planejamento energético.

Tema 5 — Integração entre conhecimento, política e prática

- Crítica à desconexão entre produção acadêmica, gestão pública e setor produtivo;
- Necessidade de transformar conhecimento em políticas e soluções aplicadas;
- Fortalecimento de parcerias entre universidades, indústria e governo;
- Reconhecimento de que o conhecimento muitas vezes não retorna à sociedade que o financia.

Tema 6 — Educação e base estrutural da transição

- Papel da educação como base para qualquer processo de desenvolvimento;
- Fragilidades na educação básica como entrave estrutural;
- Relação entre desigualdade educacional e incapacidade de avançar tecnologicamente;
- Educação como condição para inovação, soberania e desenvolvimento sustentável.

Pontos de convergência

- A transição energética no Brasil está em estágio inicial
- Necessidade de articulação entre ciência, políticas públicas e setor produtivo
- Importância da soberania energética como eixo estratégico
- Centralidade da inovação tecnológica nacional
- Papel relevante e ainda subaproveitado dos municípios
- Necessidade de planejamento de longo prazo e continuidade das políticas

Desafios e tensões

- Dependência tecnológica e energética externa
- Falta de clareza e operacionalização das metas nacionais
- Descontinuidade de políticas públicas
- Distanciamento entre academia, governo e indústria
- Baixa priorização da eficiência energética
- Fragilidade estrutural da educação básica como entrave sistêmico

Recomendações e encaminhamentos

- Estruturar políticas nacionais e locais com metas claras e instrumentos de implementação
- Investir em desenvolvimento tecnológico nacional no setor energético
- Fortalecer a eficiência energética, especialmente no setor de edificações
- Criar e consolidar observatórios regionais de energia e grupos de trabalho interinstitucionais
- Ampliar o protagonismo dos municípios (planejamento energético local, geração própria, mobilidade sustentável)
- Estimular a integração entre universidades, setor produtivo e poder público
- Fortalecer políticas de inovação e transferência de tecnologia
- Incorporar a educação como eixo estruturante da transição energética
- Garantir continuidade e estabilidade das políticas públicas no setor

Roda de Conversa sobre Gênero — Água, Natureza, Alimento e Gênero

Local: Campus Anglo - UFPel

Data: 28/11/2025

Horário: 16h às 18h

Eixo: Natureza, Alimentos e Comunidades

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma roda de conversa temática voltada à interseção entre gênero, água, alimentação e território, no âmbito da COPSUL. O encontro foi conduzido de forma dialógica, reunindo diferentes atores para refletir sobre desigualdades estruturais e seus impactos na gestão ambiental e nos sistemas alimentares.

A roda contou com a participação de especialista da FAO, trazendo uma abordagem orientada à construção de recomendações práticas para uma gestão mais inclusiva da Bacia da Lagoa Mirim, com ênfase na participação de mulheres e comunidades tradicionais.



Roda de Conversa – Água, Natureza, Alimento e Gênero

Participantes

- Representantes do poder público municipal (SMM, SEPLAG);
- Especialista convidada (FAO — consultoria internacional);
- Professores e pesquisadores (UFPel e outras instituições);
- Representantes de organizações da sociedade civil;
- Representantes de comunidades quilombolas, indígenas e de matriz africana;
- Técnicos das áreas de segurança alimentar, saúde e assistência social.

Principais pontos discutidos

1. Gênero como chave de leitura das desigualdades

- A abordagem de gênero como porta de entrada para compreender desigualdades estruturais;
- Sobreposição de vulnerabilidades (gênero, raça, território, renda, geração);
- Mulheres, especialmente negras, indígenas e rurais, como grupo mais impactado.

2. Contaminação ambiental e impactos na saúde

- Relatos recorrentes de contaminação da água e do solo por agrotóxicos;
- Impactos diretos na saúde de mulheres, crianças e comunidades tradicionais;
- Casos de adoecimento físico e psicológico associados à exposição ambiental;
- Relação entre produção agrícola convencional e insegurança alimentar.

3. Insegurança alimentar e sistemas alimentares desiguais

- Contradição entre produção de alimentos e má qualidade da alimentação consumida;
- Baixa remuneração dos produtores e concentração de lucros em grandes cadeias;
- Dificuldade de acesso a alimentos saudáveis mesmo em territórios produtores;
- Fragilidade dos sistemas locais de produção e abastecimento.

4. Mulheres e centralidade na alimentação

- Papel central das mulheres na produção, no preparo e na gestão da alimentação familiar;
- Relação entre insegurança alimentar e vulnerabilidade feminina;
- Impactos sociais da fome, incluindo violência e submissão.

5. Invisibilidade e vulnerabilidade das comunidades tradicionais

- Comunidades quilombolas e indígenas expostas a múltiplas violências (contaminação, insegurança territorial, exploração do trabalho);
- Dificuldade de produção em territórios reduzidos ou degradados;
- Falta de regularização fundiária e proteção institucional.

6. Falhas nas políticas públicas e ausência de escuta

- Crítica à formulação de políticas sem participação efetiva das comunidades;
- Distanciamento entre quem formula e quem vive a realidade;
- Limitações de acesso e participação (local, horário, informação).

7. Educação, cultura alimentar e inadequação institucional

- Descompasso entre alimentação escolar e cultura alimentar das comunidades;
- Falta de adequação a restrições alimentares e identidades culturais;
- Necessidade de políticas mais sensíveis às especificidades territoriais.

8. Saberes tradicionais e alternativas sustentáveis

- Valorização de práticas de povos tradicionais (quilombolas, indígenas, terreiros);
- Experiências locais de produção e alimentação mais sustentáveis;

- Potencial de integração desses saberes às políticas públicas.

9. Desafios da participação e da governança

- Necessidade de metodologias mais inclusivas e territorializadas;
- Importância de levar os processos até as comunidades;
- Reconhecimento de que participação exige tempo, recursos e adaptação institucional.

10. Estratégia e efetividade nas ações

- Necessidade de priorização de ações concretas e viáveis;
- Melhorias estruturais básicas (saneamento, condições de trabalho);
- Construção de recomendações normativas com potencial de implementação.

Encaminhamentos iniciais

Fortalecer a participação direta das comunidades nos processos decisórios:

- realização de encontros nos territórios;
- ampliação da escuta ativa de mulheres, povos tradicionais e trabalhadores.

Construir recomendações práticas e normativas no âmbito do projeto:

- melhoria de condições básicas de trabalho;
- inclusão de critérios de gênero em políticas e programas.

Promover articulação entre:

- organizações comunitárias;
- redes e fóruns nacionais (segurança alimentar, povos tradicionais);
- instituições públicas e internacionais.

Incentivar políticas de segurança alimentar sensíveis à diversidade:

- adequação da alimentação escolar às culturas locais;
- valorização da produção local e agroecológica.

Integrar abordagem interseccional nas políticas públicas:

- gênero;
- raça;
- território;
- geração.

Mesa Redonda 4 — Natureza, Alimentos e Comunidades

Local: Saguão do Paço Municipal — Sala Frederico Trebbi

Data: 28/11/2025

Horário: 19h às 21h

Eixo: Natureza, Alimentos e Comunidades

Descrição da atividade

A atividade consistiu em uma mesa redonda realizada no encerramento da COPSUL, dedicada à discussão integrada entre mudanças climáticas, sistemas alimentares, água e comunidades. O encontro teve como objetivo articular diferentes perspectivas (científica, institucional e social) a partir de exposições seguidas de debate com o público.

Composição da mesa: Daniela Nogueira (FAO / Universidade de Brasília — especialista em mudanças climáticas e sistemas alimentares); Tiago Nunes (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional). Mediação: Milton Martins (Secretário Municipal da Defesa Civil).



Mesa Redonda – Natureza, Alimentos e Comunidades

Principais pontos discutidos

Tema 1 — Mudanças climáticas, sistemas alimentares e justiça climática

- Mudanças climáticas como fenômeno global com impactos locais diretos sobre água, produção de alimentos e segurança alimentar;
- Relação entre eventos extremos (enchentes e secas) e vulnerabilidade dos territórios;
- Conceito de justiça climática: impactos desiguais que atingem mais as populações vulnerabilizadas;

- Maior insegurança alimentar em lares chefiados por mulheres negras.

Tema 2 — Sistemas alimentares, produção e modelos de desenvolvimento

- Crítica à concepção do alimento como mera mercadoria;
- Questionamento do modelo agroindustrial dominante (agrotóxicos, monocultura, concentração de renda);
- Defesa da agroecologia, da produção local e dos circuitos curtos;
- Três modelos de abastecimento: convencional, alternativos e híbridos;
- Debate sobre a qualidade da alimentação e a substituição por ultraprocessados.

Tema 3 — Organização social, participação e políticas públicas

- Papel central da organização comunitária e dos movimentos sociais;
- Experiências concretas: cozinhas solidárias, hortas comunitárias, redes de distribuição;
- Destaque para a plataforma local de combate à fome;
- Crítica à fragmentação das políticas públicas;
- Defesa do protagonismo popular na construção de políticas.

Tema 4 — Cultura, comportamento e transformação social

- Construção social do que é alimentação saudável e bem-estar;
- Contradições entre produção sustentável e consumo industrializado;
- Influência de valores culturais e simbólicos nos hábitos alimentares;
- Importância da educação e da mudança cultural.

Tema 5 — Território, agricultura urbana e educação

- Potencial das hortas urbanas para segurança alimentar, mobilização e educação;
- Dificuldades de manutenção coletiva e mobilização contínua;
- Escolas como espaços estratégicos para práticas ambientais e produção de alimentos;
- Necessidade de mapeamento de áreas urbanas ociosas.

Pontos de convergência

- Necessidade de integração entre políticas públicas, iniciativas comunitárias e instituições de ensino
- Centralidade da justiça climática como eixo estruturante
- Importância da participação social e do protagonismo comunitário
- Reconhecimento da fragmentação das ações e necessidade de articulação
- Valorização de práticas locais e tecnologias sociais
- Transição de modelos reativos para modelos preventivos e estruturantes

Recomendações e encaminhamentos

- Avançar na construção e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Fortalecer políticas públicas orientadas à justiça climática, à segurança alimentar e à equidade social
- Promover a integração entre poder público, movimentos sociais e universidades
- Incentivar e estruturar hortas urbanas e comunitárias, cozinhas solidárias e circuitos curtos
- Desenvolver estratégias para mapeamento de territórios vulneráveis e populações em insegurança alimentar
- Fortalecer o apoio a tecnologias sociais e iniciativas comunitárias existentes
- Estimular processos educativos voltados à alimentação saudável e à consciência ambiental
- Promover maior articulação e racionalização dos recursos e programas existentes
- Incorporar a participação popular como elemento central na formulação de políticas

Imersão Territorial — Cruzeiro do Saber

Local: Lagoa dos Patos

Data: 29/11/2025

Horário: 10h às 16h

Eixo: Encerramento

Descrição da atividade

O Cruzeiro do Saber, proporcionada pela Otroporto, consistiu em uma atividade de imersão territorial realizada no estuário da Lagoa dos Patos, com deslocamento embarcado entre Pelotas e Rio Grande, reunindo representantes do poder público, da academia e de instituições parceiras.

A atividade teve como objetivo promover uma experiência direta com o território, articulando conhecimento científico, saberes locais e reflexão política, a partir da observação da paisagem e da discussão sobre desafios e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e ao desenvolvimento regional.

Diferentemente das rodas de conversa e mesas redondas, o Cruzeiro do Saber foi estruturado como uma dinâmica de campo, combinando contemplação da paisagem, exposições dialogadas, provocações reflexivas e construção coletiva de ideias.



Cruzeiro do Saber — Imersão territorial na Lagoa dos Patos (Pelotas x Rio Grande)

Principais pontos discutidos

Objetivos da atividade

- Proporcionar leitura territorial in loco da Lagoa dos Patos;
- Integrar diferentes formas de conhecimento (científico, técnico e tradicional);
- Sensibilizar tomadores de decisão a partir da experiência direta;
- Estimular reflexão sobre governança regional, políticas públicas e o papel dos entes subnacionais;
- Consolidar e traduzir os aprendizados da COPSUL para atores estratégicos.

Público participante

- Cerca de 25 pessoas, incluindo o Prefeito de Pelotas e a Prefeita de Rio Grande;
- Representantes do poder executivo e legislativo de Pelotas e Rio Grande;
- Secretários e gestores públicos;
- Representantes de universidades (UFPel, IFSul), especialistas e professores;
- Forte presença de atores estratégicos para a tomada de decisão.

Principais reflexões emergentes

- A experiência direta com o território fortalece a compreensão da complexidade socioambiental
- Necessidade de maior articulação regional entre municípios
- O território evidencia contradições entre ocupação humana, risco ambiental e políticas públicas
- A integração entre conhecimento técnico e saber local é fundamental
- A tomada de decisão pública ainda ocorre, em muitos casos, desconectada da realidade territorial
- A experiência sensorial contribui para a sensibilização dos gestores

Encaminhamentos iniciais

- Fortalecer a articulação institucional entre os municípios da região
- Estimular a construção de agendas comuns para a Lagoa dos Patos
- Incorporar a leitura territorial nas políticas públicas municipais

Ampliar a integração entre:

- poder público
- universidades
- comunidades

Desenvolver projetos conjuntos voltados a:

- recursos hídricos
- planejamento territorial e adaptação climática.

Considerações Finais

A COPSUL consolidou-se como a primeira atividade do Programa Pelotas Global e como uma experiência inédita de territorialização da agenda climática global no extremo sul do Rio Grande do Sul. Concebida no contexto da COP30 e diante das limitações de acesso dos atores do Sul do Brasil à conferência de Belém, a iniciativa cumpriu seu propósito de democratizar o debate climático, aproximando as discussões internacionais das realidades concretas vividas pelas comunidades urbanas, rurais, tradicionais e periféricas de Pelotas e região.

Ao longo do mês de novembro de 2025, as dezesseis atividades realizadas, distribuídas entre o lançamento interinstitucional, cinco rodas de conversa territoriais, encontros formativos voltados à primeira infância e à educação, um encontro temático sobre gênero, a Mostra de Boas Práticas, a oficina do projeto binacional da Bacia da Lagoa Mirim, quatro painéis e mesas redondas e o Cruzeiro do Saber, configuraram um processo contínuo e integrado de escuta, reflexão e proposição coletiva. A metodologia híbrida, participativa e territorializada permitiu articular diferentes escalas (local, regional e global) e diferentes atores (comunidade, poder público, academia e setor produtivo), valorizando tanto o conhecimento técnico-científico quanto os saberes tradicionais e a experiência vivida nos territórios.

Da escuta realizada nos cinco territórios (Pontal da Barra, Fraget, Aldeia Kaingang Gyró, Z3 e Quilombo Alto do Caixão) emergiram demandas convergentes que atravessam as diferentes realidades: a necessidade de políticas de prevenção, e não apenas de resposta, frente a eventos climáticos extremos; o reconhecimento de que os impactos da crise climática recaem de forma desigual sobre as populações historicamente vulnerabilizadas, evidenciando dimensões de racismo ambiental e de injustiça socioambiental; a centralidade do sistema lagunar e dos ecossistemas locais para a regulação hídrica e a mitigação de riscos; a valorização do conhecimento comunitário e tradicional na formulação de políticas públicas; e a urgência da regularização fundiária, do saneamento, do acesso à água e da assistência técnica continuada nos territórios.

As mesas redondas e os encontros temáticos reforçaram que a resiliência climática depende do conhecimento detalhado do território, da integração permanente entre instituições, da priorização da prevenção e da incorporação da variável climática ao planejamento urbano, em especial ao Plano Diretor. Evidenciou-se, ainda, que a justiça climática é indissociável da justiça social, que a transição energética brasileira segue em estágio inicial e demanda protagonismo dos entes subnacionais, e que os sistemas alimentares precisam avançar em direção à sustentabilidade, à equidade e à soberania, com atenção interseccional às questões de gênero, raça, território e geração. A Mostra de Boas Práticas, Pesquisa e Inovação, por sua vez, revelou um ecossistema diverso e vigoroso de soluções já em desenvolvimento, alinhadas a oito Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo em que apontou a fragmentação das iniciativas e a baixa articulação entre os atores como principais desafios a serem superados.

Como elemento estruturante desse processo, destacou-se o lançamento do Plano de Resiliência Climática Pelotas/RS, "Restauração ecológica no caminho das águas", que materializa o compromisso do município com a recuperação dos ecossistemas dos biomas Mata Atlântica e Pampa, a segurança hídrica e a mobilização social por meio do Voluntariado Ambiental, oferecendo um horizonte concreto de políticas públicas ambientais avançadas para a cidade.

Um diagnóstico transversal a todas as atividades foi a constatação de que existem inúmeras iniciativas valiosas em curso nas universidades, escolas, órgãos públicos e organizações comunitárias, porém de forma isolada e com baixa articulação entre si. Daí decorre o principal legado e desafio da COPSUL: avançar da escuta para a ação, transformando as contribuições, demandas e encaminhamentos sistematizados neste relatório em uma rede permanente de cooperação, capaz de integrar projetos, otimizar recursos, qualificar o financiamento e dar continuidade aos compromissos assumidos.

Mais do que um registro das atividades realizadas, este relatório constitui um instrumento estratégico orientado à formulação de políticas públicas, à estruturação de projetos e à captação de recursos. Ao evidenciar demandas territoriais, potencialidades locais e recomendações interinstitucionais, a COPSUL reafirma o papel dos agentes locais como protagonistas da agenda climática e posiciona Pelotas como um território ativo nas agendas internacionais de sustentabilidade. O compromisso que se firma, ao encerramento deste ciclo, é o de garantir a continuidade do processo iniciado, consolidando a COPSUL não como um evento pontual, mas como uma política permanente de construção coletiva de um futuro mais justo, resiliente e sustentável para Pelotas e para a região sul do Rio Grande do Sul.

